

ALGARTE, Roberto. A. **Escola e Desenvolvimento Humano: da cooptação política à consciência crítica**. Brasília: Livres, 1994, 228 p.

*Alzira Jerônimo de Melo\**

Em sua obra, o autor faz uma análise do projeto brasileiro de modernidade e, através de uma reflexão aprofundada sobre os processos políticos adotados para consolidá-lo, mostra a confusão estabelecida entre modernidade e liberalismo econômico, na medida em que não se basearam no contexto sócio-econômico e histórico brasileiro, mas no do mundo capitalista desenvolvido. E propõe a recriação da escola pública para o desenvolvimento do homem, pessoa e profissional, como o caminho para a modernização do Estado brasileiro.

O modelo econômico neoliberal vigente nos países do Primeiro Mundo, cujo valor central é a concorrência econômica, se caracteriza por uma ação voltada para o aprimoramento, a especialização e a primazia de todos os setores de suas sociedades, tendo em vista a acumulação de capital, o aumento da produtividade, a expansão das exportações e a formação de recursos humanos para o setor produtivo. Os processos de modernização são, então, definidos pela situação contemporânea da vida daquelas nações.

Ao conceber um projeto de modernidade assentado nesses mesmos princípios ideológicos, o governo brasileiro se pautou por critérios e indicadores incompatíveis com nossa realidade, ampliando ainda mais as contradições entre o ideal político e as demandas sócio-econômicas. Os planos e programas implementados, sobretudo o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, revelam proposições políticas que buscam sustentar-se em um conceito de modernidade completamente desligado da consciência de nossa nacionalidade, mas que se justificou como o único caminho para a consolidação da democracia e a promoção do desenvolvimento sustentado. Dessa forma, cria-se o "simulacro" para preservar o capitalismo monopolista que cada vez mais subjuga o trabalhador, negando-lhe as condições de uma vida digna.

Por sua gênese ideológica, o projeto brasileiro de modernidade era também um projeto do setor moderno da economia, razão pela qual não conseguiu atingir todos os segmentos da sociedade, transformando-se em um discurso que o autor qualifica de **moderno**.

---

\* Professora do Departamento de Ciências Sociais e Coordenadora de Graduação das Faculdades Integradas do Triângulo.

Sob esse prisma, a consolidação da modernidade como projeto brasileiro implica em que esteja ligado a um modelo próprio de desenvolvimento que leve em conta a simultaneidade e a correlação entre modernidade e formação humana, requerendo, portanto, a ação mediadora da escola fundamentada nos **princípios da liberdade, da justiça social e formação da cidadania e da nacionalidade**. Esse compromisso exige que a escola se relacione com a ambiência sócio-antropológica em que está inserida, de modo que as bases ideológicas de sua organização e funcionamento sejam definidas pelas condições históricas da vida comunitária.

A partir desse perfil institucional da escola que impulsionará o processo de desenvolvimento do nosso país, Algarte analisa a ideologia predominante na ação educativa e suas implicações na formação da consciência.

O Estado neoliberal, através do programa legal/oficial, determina formalmente que a escola deve garantir aos educandos a incorporação dos princípios de integralidade, liberdade e igualdade. É assim que ela se apresenta à sociedade para dissimular sua ação dominadora e discriminadora, uma vez que, na prática, deve estar sempre ajustada e adequada ao funcionamento da economia capitalista, para a qual o valor do homem é estabelecido segundo os critérios quantitativos da produção e da produtividade econômicas. Ao buscar no interior da relação entre capital e trabalho as bases para suas práticas, a escola passa a sustentar-se nos princípios relacionados ao homem útil que se contrapõem aos ideais previamente fixados.

De acordo com esse entendimento, é em função da organização do trabalho humano que a escola atua como instrumento de propagação e consolidação da ideologia de dominação, subjugação, alienação e autoritarismo, dando origem à contradição entre o ideal e o real.

Embora os objetivos propostos pela escola oficial incluam a formação do homem democrático, crítico e capaz de produzir um novo saber para que, através dela, se construa uma sociedade livre e democrática, a escola pública, como mediadora da consolidação dessas concepções na consciência do próprio homem e no interior da organização social, oferece às classes trabalhadoras um tipo de ensino prioritariamente voltado para a constituição de uma personalidade ajustável ao exercício do trabalho mecânico da empresa. Tudo isso revela que as concepções teóricas liberais em relação ao homem não se manifestaram realmente na prática escolar que, submetida ao ideal que a determina previamente, não constrói uma práxis transformadora da escola, limitando o desenvolvimento humano às características psicossociais de aceitação e conformação aos ideais subjetivos.

Sendo a organização da escola determinada pelos processos burocráticos próprios do Estado neoliberal e do mercado capitalista, as relações pedagógicas que nela se desenvolvem são orientadas pelos princípios da eficiência e da eficácia, restringindo-se à mera socialização do saber produzido, o que significa reduzir também o educando a mero consumidor do conhecimento disponível, sem que tenha a oportunidade de manejá-lo crítica e criativamente, pois o que importa é sua capacidade de adaptação à estrutura social de produção.

Portanto, o desenvolvimento da consciência e da ação humana é pré-determinado pela contradição entre o homem e o capital, cujos reflexos na escola levam-na a reproduzir a divisão do trabalho, dissociando a teoria da prática, a formação acadêmica da profissional. É através dessa dicotomia que o ideal se sobrepõe ao real, gerando um tipo de pensamento também dicotomizado e confuso que desemboca no “imobilismo do ‘eu’ criativo”.

Todas essas contradições são dissimuladas pelo sentido de neutralidade e imparcialidade que envolve a ação educativa, de tal modo que a escola é vista pelas classes populares e trabalhadoras como o único e autêntico canal de mobilidade social. Abre-se, então, espaço para que a escola atue como instrumento de segmentação social, na medida em que, através de sua estrutura e funcionamento, desenvolve um processo de indução que leva o homem a incorporar um conjunto de crenças, ideais e valores próprio das classes proprietárias e, como resultado dessa influência na constituição da sua estrutura de pensamento e de seus padrões morais, estabelece-se uma certa padronização no comportamento e nos ideais do grupo. Esses são os efeitos do “imobilismo do ‘eu’ criativo”, uma vez que ao compartilhar e aceitar acriticamente os conhecimentos e os sentimentos próprios de uma minoria, o homem vai perdendo sua individualidade, num processo de massificação cultural em que há total desprezo pelos valores humanos.

A escola, situada entre a estrutura econômica e as crenças oriundas das classes proprietárias e dirigentes, ao repassar conhecimentos produzidos dissimula as situações que são desfavoráveis às classes operárias e trabalhadoras, o que explica porque a escola pública não consegue estabelecer uma relação coerente entre a formação acadêmica e a profissional. Se, por um lado, nunca teve vínculos efetivos com o trabalho, por outro, também não permite às classes trabalhadoras o acesso a uma formação acadêmica crítica e consciente. Incorporando à sua prática o valor social inscrito nas leis que regem o Estado neoliberal e o mercado capitalista, cuja ênfase recai sobre a competência e não sobre a cooperação, sobre a burocracia e não sobre a autêntica interação humana, a escola torna-se

desumanizada e, inconscientemente, confirma e promove a desigualdade social.

Para completar essa análise, Algarte encaminha sua reflexão para as bases ideológicas sobre as quais se assentam as concepções administrativas e estruturais da escola. Para ele, as disfunções existentes na escola pública devem ser compreendidas no contexto maior da administração pública que "concebida a partir dos princípios da filosofia positivista, estruturada sob inspiração do neoclassicismo administrativo e funcionalmente orientada pela tecnoburocracia estatal, fixa o modelo organizacional e estabelece os mecanismos para fiscalizar a montagem e operação desse modelo" (p. 108). De acordo com essa visão, a administração escolar é estudada quanto aos processos e rotinas internos, através da gestão escolar, e quanto ao verdadeiro significado da administração escolar.

O enfoque taylorista com que têm sido abordados os processos e rotinas da administração escolar resultou em um modelo de gestão da escola voltado para a produtividade, tal como se fosse uma empresa e não uma instituição social cuja responsabilidade é formar pessoas. Essa incongruência entre fins e meios dá a ela um perfil institucional configurado pelas seguintes características:

- . competência gerencial definida pela capacidade de executar processos e rotinas de acordo com as normas legais;
- . relações de autoridade estabelecidas pela proximidade na estrutura hierárquica da educação;
- . especialização e parcelamento das atividades escolares que levam a administração escolar a distanciar-se de sua realidade;
- . a burocratização das relações interpessoais contribui para acirrar a competição e os conflitos, desenvolvendo-se um clima organizacional em que o sentido político-pedagógico dos processos pedagógicos é de menor importância;
- . o sistema de valores, crenças e comportamentos compartilhados e aceitos por todos que integram a escola constitui a cultura organizacional e traduz a percepção e o sentimentos que mantêm em relação a ela, refletindo-se na comunidade externa.

Esse perfil institucional é produzido e mantido pela administração escolar através de sua estrutura hierárquica e formal, visando o "cerceamento social" da escola. Não interagindo com a comunidade na qual se situa, a escola não consegue "apreender a dinâmica sociológica que reina entre os grupos e as pessoas" (p. 119), uma vez que a administração escolar é via utilizada pela tecnoburocracia para encaminhar suas determinações, impedindo que a escola e a população se integrem numa convivência pró-ativa.

Para romper com esse controle político, é preciso que o pensamento administrativo da educação se torne capaz de estabelecer relações entre as diferentes teorias da administração, para que, através de uma visão multidimensional do fenômeno da educação e, sobretudo, instruído pela compreensão da responsabilidade social da escola, sejam criados os princípios administrativos e organizacionais adequados às especificidades da escola. É preciso estabelecer uma base teórica que capacite o educador para a **contextualização da administração educacional como para a contextualização da produção intelectual e do comportamento acadêmico**. Isso significa capacitá-lo “para o uso de técnicas e procedimentos de gerência, de liderança, de pesquisa - ação” (p. 131) que, associado à crença “no valor imanente da pessoa, enquanto ser criativo determinante de sua própria história de vida e participe dinâmico de transformações concretas no mundo” (p. 135), dará origem à **administração participativa**.

O “cerceamento social” vivido pela escola reclama **um planejamento e uma administração** que ultrapassem os limites da eficiência e da eficácia e alcancem a congruência e a efetividade da ação escolar, norteando-se pelo respeito às decisões compartilhadas e consensuadas, pelos padrões sócio-culturais dominantes na comunidade em que se insere e pelos interesses dos educandos.

Essa compreensão de que a organização e o funcionamento da escola não constituem a finalidade dos processos administrativos é condição essencial para a superação da dicotomia escola e ambiência sócio-cultural, de onde se origina a lógica do fracasso escolar. Em função dessa tomada de consciência da escola como “organismo vivo da comunidade” (p. 136), desenvolve-se, no educador, a consciência revolucionária que se constitui em sujeito exatamente pelo conhecimento da realidade. Sendo o conhecimento intencional, o caminho pelo qual ele se dá é a via de ligação entre o pensamento e a realidade. Por isso, a **teoria da congruência** constitui, para Algarte, o instrumento de mudança. Só a consciência revolucionária estabelece a harmonia entre a ação e o fim que se deseja atingir, e essa nova relação entre teoria e prática, entre meios e fins servirá de base para a práxis transformadora da escola. Essa revolução tem, portanto, um caráter inédito, próprio, peculiar, na medida em que a mudança psicológica promove uma nova visão do mundo e das relações entre as pessoas. Nesta simultaneidade nascem os princípios da congruência, a partir das quais se constroem as condições geradoras de mudanças que são, acima de tudo, definidas pela historicidade de cada região. Essa ação, orientada pela consciência crítica e criativa, se constitui em uma força que liberta o educador

da passividade e do domínio das autoridades externas, estendendo-se para o cotidiano de sua vida. É, portanto, na práxis da mudança que se faz a mudança.

Essa **visão dialética** da mudança, segundo o autor, é imprescindível para pensar a escola não apenas como efeito, mas como causa do surgimento e agravamento das dificuldades políticas e sociais, por não criar as condições para a formação da consciência crítica autenticamente revolucionária. Assim, a mudança só pode se concretizar se for assumida pelo grupo de educadores unido pelo propósito de conduzir o educando **à crítica sistemática e à produção de novos conhecimentos**, através de um trabalho conjunto, caracterizado por **relações de cooperação e reciprocidade mediadas pela comunicação horizontal**.

A força consciente do grupo quanto ao seu direito de superar o status quo oferece as bases para a revolução como “processo dialético e construtivo de mudança” (p. 202), considerando que a luta se incorpora na consciência e na forma de pensar do homem, atingindo-o como ser único e indivisível. A revolução se torna, desse modo, eminentemente educativa, preparando as classes populares e trabalhadoras para **minar o eficiente processo político de dissimulação e cooptação historicamente enraizado na estrutura social brasileira**.

A recriação da escola representa um empreendimento conjunto, historicamente definido, e que visa, acima de tudo, o resgate de suas funções verdadeiramente educativas. A formação do cidadão enquanto agente de seu próprio desenvolvimento como pessoa e como profissional só poderá ocorrer quando a organização da escola, fundamentada em “uma noção social elevada aos valores comunitários”, permitir seu vínculo com o trabalho e, conseqüentemente, com o trabalhador e com “sua libertação dos processos desumanos e alienantes em que se encontra” (p. 103). O que significa organizar-se para promover um **processo de mudança na natureza e na organização do trabalho**.

Esse é, segundo o autor, o maior e mais importante empreendimento educacional brasileiro na atualidade, se se pretende que a escola promova a modernidade do Estado e da economia. A escola só poderá transformar-se em um espaço que facilite o ensino e o completo desenvolvimento de todos os educandos quando se desfizer a lógica formal da tecnoburocracia responsável por um sistema educacional anacrônico e inoperante.

A obra, objeto do presente estudo, é preciosa e constitui uma das grandes contribuições ao pensamento educacional brasileiro, na medida em que contém uma compreensão dialética do fenômeno educativo que

transcende o reducionismo das teorias contemporâneas, buscando na relação entre os processos de trabalho e os processos educativos a explicação para os determinantes das funções de dominação e reprodução da escola.

Ao propor uma visão moderna e revolucionária da escola, Algarte focaliza o desenvolvimento humano como seu objetivo fundamental, discutindo a lógica do fracasso escolar sob o ponto de vista das dicotomias mutuamente relacionadas entre os ideais do Estado neoliberal e a realidade sócio-econômica, consciência e ação, teoria e prática, formação acadêmica e profissional, trabalho intelectual e manual, escola e ambiência sócio-antropológica.

A concepção da educação como processo orgânico e natural, voltada para os interesses do trabalhador, traduz a visão do autor sobre o processo educacional verdadeiramente democrático e se apresenta como uma nova filosofia da educação, oferecendo-nos uma direção para a superação da crise em que a escola se encontra.

**Escola e Desenvolvimento Humano** contempla os princípios gerais definidos pelo GATE (Global Alliance for Transforming Education), em dezembro de 1991, e divulgados como uma nova base para a educação, discutindo-os e confirmando sua importância com a profundidade que só o sério compromisso com o futuro da educação possibilita.

É, sem dúvida, uma obra de grande impacto, especialmente por confiar à sociedade, em geral, e aos educadores, em particular, a responsabilidade de revolucionar a escola pública, para que deixe de ser um instrumento de manipulação política e se transforme em prestadora de serviço à comunidade.

A educação como produto da consciência revolucionária se destaca como um momento essencial da totalidade da experiência humana. Só se pode pensar a educação a partir de sua compreensão à luz da existência humana. Exatamente por isso, Algarte propõe que é no trabalho com a educação que o educador se conhece a si mesmo, constituindo-se como realidade individual que se projeta como agente político da sociedade, na medida em que compreende a natureza social de sua atividade. Como co-produtor do saber, na interação que estabelece com o aluno, transforma a si mesmo e às circunstâncias sociais.

Esta é uma interpretação magistral das questões educacionais que, por conferir uma dimensão científica ao significado da educação, se apresenta como um verdadeiro estatuto epistemológico da Pedagogia, único caminho para a valorização social da educação.